

Eólica Faísas III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Faísas III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faísas III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Faísas III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 20 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE

Matheus M. Maia

Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

EÓLICA FAÍSA III - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa		632	2	Fornecedores		460	355
Aplicações financeiras	4	5.491	6.459	Empréstimos e financiamentos	9	3.764	3.580
Títulos e valores mobiliários	5	3.984	3.415	Contas de ressarcimento	11	3.032	685
Contas a receber	6	3.651	5.196	Dividendos a pagar	10	1.087	3.497
Despesas antecipadas		229	153	Arrendamentos a pagar	12	192	158
Partes relacionadas	10	606	448	Partes relacionadas	10	752	534
Custo com obtenção de contrato		26	26	Outros passivos		1.123	964
Outros ativos		1.025	295	Total dos passivos circulantes		10.410	9.773
Total dos ativos circulantes		<u>15.644</u>	<u>15.995</u>				
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Títulos e valores mobiliários	5	7.471	7.553	Contas de ressarcimento	11	-	2.056
Custo com obtenção de contrato		561	587	Empréstimos e financiamentos	9	47.008	50.673
Partes relacionadas	10	2.201	2.222	Arrendamentos a pagar	12	2.408	2.574
Imobilizado	7	61.730	65.152	Provisão para desmobilização	13	1.807	1.632
Direito de uso em arrendamento	8	2.423	2.625	Outros passivos		190	225
Intangível		8	8	Total dos passivos não circulantes		51.414	57.160
Outros ativos		3.043	3.548	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		<u>77.437</u>	<u>81.696</u>	Capital social	14	24.175	24.175
				Reserva de lucros		7.082	6.582
				Total do patrimônio líquido		31.257	30.757
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>93.081</u></u>	<u><u>97.690</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>93.081</u></u>	<u><u>97.690</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA III - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	17.339	15.832
Custo operacional	17	(8.745)	(8.729)
LUCRO BRUTO		<u>8.594</u>	<u>7.103</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	17	<u>(1.391)</u>	<u>(1.598)</u>
Total		<u>(1.391)</u>	<u>(1.598)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>7.203</u>	<u>5.505</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	648	377
Despesas financeiras	18	<u>(2.527)</u>	<u>(2.428)</u>
Total		<u>(1.879)</u>	<u>(2.051)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>5.324</u>	<u>3.454</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	<u>(749)</u>	<u>(731)</u>
Total		<u>(749)</u>	<u>(731)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>4.575</u>	<u>2.723</u>
Média ponderada das ações no exercício (em milhares)		2.096	2.096
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$		<u>2,18</u>	<u>1,30</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA III - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.575	2.723
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>4.575</u>	<u>2.723</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA III - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		24.175	1.444	3.062	-	28.680
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.723	2.723
Constituição de reserva legal	14	-	136	-	(136)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	1.940	(1.940)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(647)	(647)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		24.175	1.580	5.002	-	30.757
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.575	4.575
Constituição de reserva legal	14	-	229	-	(229)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	3.260	(3.260)	-
Distribuição de dividendos	14	-	-	(2.989)	-	(2.989)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(1.087)	(1.087)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>24.175</u>	<u>1.809</u>	<u>5.273</u>	<u>-</u>	<u>31.257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA III - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		4.575	2.723
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	17	3.909	3.931
Rendimentos de aplicação financeira	18	(647)	(339)
Baixa imobilizado	7	-	64
Atualização provisão para desmobilização	13	175	67
Juros provisionados sobre empréstimos	9	1.722	1.867
Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	15	749	731
Atualização de arrendamentos a pagar	12	102	78
 Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:			
Despesas antecipadas		(101)	436
Contas a receber		1.545	(208)
Partes relacionadas		81	(1.909)
Outros ativos		(204)	1.277
Fornecedores		106	7
Adiantamento de clientes		199	660
Outros passivos		211	329
 Caixa líquido gerado nas operações		<u>12.422</u>	<u>9.714</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(744)	(738)
Juros sobre empréstimos pagos	9	<u>(1.728)</u>	<u>(1.878)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>9.950</u>	<u>7.098</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(287)	(78)
Resgate de aplicações financeiras		1.645	1.997
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(486)	(4.535)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>872</u>	<u>(2.616)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de empréstimos e financiamentos	9	(3.474)	(3.316)
Pagamento de arrendamentos	12	(234)	(230)
Pagamento de dividendos	14	<u>(6.486)</u>	<u>(936)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(10.194)</u>	<u>(4.482)</u>
 REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>628</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4	3
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		632	4
 REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>628</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA III – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Eólica Faísa III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Faísa III, no município de Trairi, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Eólica Faísa S.A.

Em 29 de março de 2014, a Companhia entrou em operação.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade instalada MW</u>	<u>Energia assegurada MWh</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Faísa III	CE	Trairi	25,2	8,3	Agosto/2010	Agosto/2045

1.1. Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou, em 29 de setembro de 2010, um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Pelo referido contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$152,69/MWh, atualizado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

O Contrato de Energia de Reserva - CER foi aditado 21 de janeiro de 2014, mudando a capacidade instalada para 25,2 MW.

Em 11 de outubro de 2013, a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.507, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para 1º de janeiro de 2014.

Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, ficou suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL.

A partir de 2014 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

- a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada são compensadas a cada quadriênio contratual. O primeiro quadriênio encerrou-se em 30 de junho de 2016.
- b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021, a Faísas III ficou enquadrada na situação b. Os reflexos, quando aplicáveis, estão contemplados nas demonstrações financeiras.

1.2. Eventos significativos do exercício

COVID-19

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 150 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Nesse sentido, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

Destaca-se que até o momento não ocorreram eventos que afetassem a capacidade operacional da Companhia, bem como que acarretassem reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos. Além disso, a Companhia tem seu funcionamento enquadrado como serviço essencial, estabelecido pelo decreto nº 10.282/2020 e, com isso, as atividades não sofreram paralisação durante todo o exercício de 2021.

A Companhia manterá ao longo de 2022 o constante monitoramento do mercado em busca de verificar eventuais deteriorações decorrentes da pandemia COVID-19, além de mudanças na economia ou no mercado financeiro que venham a ensejar na elevação dos riscos de crédito, liquidez e mercado que possam afetar esse segmento.

A Administração da Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de realizar a análise de “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. Todas as demonstrações financeiras apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Títulos e valores mobiliários, Fornecedores, Contas de ressarcimento e Empréstimos e financiamento.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no encerramento do exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo.

Para as contas e títulos a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realiza o cálculo de perda esperada, quando aplicável, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabelece uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de créditos, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a uma redução ao valor recuperável.

b) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Provisão para desmobilização (nota explicativa nº 13).
- Vida útil econômica de ativos não financeiros: conforme a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A Administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e nas vidas úteis estimadas de cada bem (nota explicativa nº 3, item f).

c) Contas a receber

As contas a receber são demonstradas pelo custo amortizado. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER. Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como contas de ressarcimento.

Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia visto que o recebimento é efetuado com a Câmara Comercializadora de Energia - CCEE, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	24,6
Linhas de transmissão (a)	31
Edificações (a)	31
Painéis	28
Provisão para desmobilização (a)	31

(a) Estes bens são depreciados considerando o início da operação (exercício de 2014) e prazo de concessão (agosto de 2045).

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

e) Provisões para perdas por “impairment” em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por “impairment”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data do balanço.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

g) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia avalia os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com Clientes:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes.
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato.
3. Determinar o preço de cada tipo de transação.
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos.
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia reconhece os custos para obtenção de um contrato no momento inicial em que a obrigação descrita em contrato é concluída e transferida para outra parte, sendo que seu custo é alocado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato.

h) Imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social é efetuada com base no regime de lucro presumido, cujas alíquotas de tributação são, respectivamente, 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, cuja base de cálculo corresponde a 8% e 12% da receita bruta das vendas para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, respectivamente, mais a totalidade das demais receitas auferidas.

i) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Os arrendamentos se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia.

j) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria (o denominador) durante o período. A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras	5.491	6.459
Total	<u>5.491</u>	<u>6.459</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento amplo, com rendimentos de 100% no CDI, sem restrições para o resgate do valor aplicado antes do seu vencimento.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES (a)	909	878
Conta reserva do serviço da dívida do BNB (b)	2.156	2.083
Conta reserva de O&M (c)	270	257
Conta reserva especial (d)	8.120	7.750
Total	<u>11.455</u>	<u>10.968</u>
Circulante	3.984	3.415
Não circulante	7.471	7.553
Total	<u>11.455</u>	<u>10.968</u>

Refere-se a obrigações contratuais dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB remuneradas a uma taxa média de 100% do CDI, conforme discriminado abaixo:

- (a) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNDES, não movimentável pela Companhia, mas de sua titularidade, que deverá ser mantida por todo o prazo da operação de financiamento, cujo saldo mínimo deve corresponder a 3 vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida.
- (b) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNB, não movimentável pela Companhia, mas de sua titularidade, que deverá ser mantida por todo o prazo da operação de financiamento, cujo saldo mínimo deve corresponder ao valor da última prestação vencida do serviço da dívida.
- (c) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNDES e BNB, não movimentável pela Companhia, mas de sua titularidade, mantida por todo o prazo da operação de financiamento, cujo saldo mínimo deve corresponder a maior prestação trimestral de pagamentos ao contrato de operação e manutenção (O&M).
- (d) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNDES e BNB, não movimentável pela Companhia, mas de sua titularidade, para a qual serão destinadas a totalidade dos recursos remanescentes advindos da conta centralizadora, depois dos pagamentos mensais das despesas de O&M e das demais despesas ordinárias do projeto. Esta conta não possui obrigatoriedade de manter saldo mínimo constituído e os recursos aplicados poderão ser utilizados mediante necessidade da Companhia quando previamente autorizado pelas instituições financeiras. Adicionalmente, as prestações dos financiamentos são liquidadas através desta conta, de forma que o valor correspondente à próxima parcela do financiamento é classificado no circulante.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (a)	3.651	5.196
Total	<u>3.651</u>	<u>5.196</u>

- (a) A Companhia recebe da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE mensalmente 1/12 avos do valor de energia contratada. Como a contabilização é feita pela geração de energia, caso haja saldo excedente de geração em relação aos valores mensais é registrado como contas a receber. Este excesso de energia será recebido conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia encerrou seu 8º ano de suprimento, onde a energia gerada de 70.391 MWh foi superior a energia contratada de 70.080 em 311 MWh, gerando um direito junto a CCEE conforme nota explicativa nº 11.

Considerando a apuração anual para o 9º ano de suprimento, iniciado em 1º de julho de 2021, a energia gerada até 31 de dezembro de 2021 foi de 41.409 MWh, inferior a energia contratada de 50.146 MWh, no montante de 8.737 MWh.

Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

7. IMOBILIZADO

	31/12/2021			31/12/2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa de depreciação
Aerogeradores	67.771	(23.279)	44.492	47.135	4%
Linhas de transmissão	2.171	(535)	1.636	1.705	3%
Edificações	20.945	(6.786)	14.159	15.041	3%
Ferramentas	378	(120)	258	49	20%
Desmobilização	1.433	(354)	1.079	1.125	3%
Móveis e utensílios	34	(15)	19	22	10%
Máquinas e equipamentos	183	(101)	82	66	20%
Softwares	24	(19)	5	9	20%
Total	92.939	(31.209)	61.730	65.152	

Movimentação do imobilizado

	Softwares	Aerogeradores	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Linhas de transmissão	Edificações	Ferramentas	Desmobilização	Total
Saldo – 31/12/2019	14	49.778	49	21	1.774	15.934	105	1.170	68.843
Adição	-	-	17	4	-	15	42	-	78
Baixa	-	-	-	-	-	-	(64)	-	(64)
Depreciação	(5)	(2.643)	(24)	(3)	(69)	(881)	(33)	(45)	(3.703)
Saldo – 31/12/2020	9	47.135	66	22	1.705	15.041	49	1.125	65.152
Adição	-	-	48	-	-	-	239	-	287
Depreciação	(4)	(2.643)	(32)	(3)	(69)	(882)	(30)	(46)	(3.709)
Saldo – 31/12/2021	5	44.492	82	19	1.636	14.159	258	1.079	61.730

A Administração avaliou à vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Adicionalmente, a Administração avaliou eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam impactar na deterioração ou perda do valor recuperável desse grupo de ativos. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Companhia não identificou a necessidade da realização do teste formal de “impairment” para esse grupo de ativos.

8. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	31/12/2021			31/12/2020	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa de amortização (a)
Terreno	3.029	(606)	2.423	2.625	6,6% a.a.
Total	<u>3.029</u>	<u>(606)</u>	<u>2.423</u>	<u>2.625</u>	

(a) A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo de 15 anos.

A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

Saldo inicial - 31/12/2019	2.827
(-) Amortização do exercício	(202)
Saldo final – 31/12/2020	2.625
(-) Amortização do exercício	<u>(202)</u>
Saldo final - 31/12/2021	<u>2.423</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (a)	1,88% a.a. + TJLP	9.221	10.360
Banco do Nordeste – BNB (b)	2,5% a.a.	41.551	43.893
Total		<u>50.772</u>	<u>54.253</u>
Circulante		3.764	3.580
Não circulante		47.008	50.673
Total		<u>50.772</u>	<u>54.253</u>

(a) O financiamento BNDES será pago em 192 parcelas mensais com vencimento final em janeiro de 2030.

(b) O financiamento BNB será pago em 36 parcelas semestrais com vencimento final em maio de 2032.

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2019	Atualizações	Pagamentos		Saldo em 31/12/2020
		Principal	Juros	
57.580	<u>1.867</u>	<u>(3.316)</u>	<u>(1.878)</u>	<u>54.253</u>
Saldo em 31/12/2020	Atualizações	Principal	Juros	Saldo em 31/12/2021
54.253	<u>1.722</u>	<u>(3.474)</u>	<u>(1.728)</u>	<u>50.772</u>

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>
2023	3.894
2024	4.110
2025	4.340
2026	4.584
2027	4.811
A partir de 2028	<u>25.269</u>
	<u>47.008</u>

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são fiança bancária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos relativos ao projeto descrito em contrato, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da receita fixa, penhor dos direitos emergentes e constituição de conta reserva.

“Covenants”

De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, dentro do período de amortização da dívida, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de, no mínimo, de 1,30, verificado por meio de demonstrativos auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- b) Apuração anual do Índice de Capitalização Própria - ICP igual ou superior a 20% do investimento total do projeto, definido como a razão entre o capital social e o ativo total, verificado por meio de demonstrativos auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- c) Outras condições contratuais tais como, manutenção de contas garantias, conforme especificações citadas na nota explicativa nº 6, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia cumpriu com os referidos “covenants”, quando aplicáveis.

10. PARTES RELACIONADAS

<u>Ativo</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Eólica Faísas I	Reembolsos diversos (a)	799	778
Eólica Faísas II	Reembolsos diversos (a)	636	683
Eólica Faísas IV	Reembolsos diversos (a)	397	357
Eólica Faísas V	Reembolsos diversos (a)	974	852
		<u>2.806</u>	<u>2.670</u>

	Natureza	31/12/2021	31/12/2020
<u>Passivo circulante</u>			
Eólica Faísas S.A.	Dividendos a pagar	1.087	3.422
Eólica Faísas S.A.	Despesas/custos (b)	75	75
Eólica Faísas I	Despesas/custos (b)	159	67
Eólica Faísas II	Despesas/custos (b)	339	276
Eólica Faísas IV	Despesas/custos (b)	63	71
Eólica Faísas V	Despesas/custos (b)	114	120
Total		<u>1.837</u>	<u>4.031</u>
Dividendos a pagar		<u>1.087</u>	<u>3.497</u>
Partes relacionadas - passivo circulante		<u>752</u>	<u>1.307</u>

- a) Reembolsos diversos por cessão de peças e equipamentos para outras usinas eólicas do grupo.
- b) Refere-se a saldo credor da Companhia com a empresa ligada decorrente de pagamentos de despesas diversas e por recebimento em cessão de peças e equipamentos de outras usinas eólicas do grupo.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos dos acionistas e por esse motivo seus honorários são pagos pelos respectivos acionistas.

11. CONTAS DE RESSARCIMENTO

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>3.032</u>	<u>2.741</u>
	<u>3.032</u>	<u>2.741</u>
Circulante	3.032	685
Não circulante	-	2.056

O saldo das contas de ressarcimento refere-se integralmente ao valor recebido da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE acrescido das penalidades contratuais decorrente da situação descrita na nota explicativa nº 6.

Este valor corresponde a 12 parcelas do anuênio em junho de 2020 devidamente atualizados. Estas parcelas deveriam ser descontadas mensalmente, porém, estão com o desconto suspenso desde novembro de 2019 por determinação da ANEEL através do Despacho ANEEL n. 2.303/2019.

12. ARRENDAMENTO A PAGAR

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras.

Os arrendamentos se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia. A movimentação do arrendamento a pagar, cuja taxa média de desconto foi de 4,56% ao ano, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	2.732	2.884
(+) Juros sobre arrendamentos	102	78
(-) Pagamentos	<u>(234)</u>	<u>(230)</u>
Saldo final	<u>2.600</u>	<u>2.732</u>
Circulante	192	158
Não circulante	2.408	2.574

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento

2023	173
2024	181
2025	190
2026	198
2027 em diante	<u>1.666</u>
Total	<u>2.408</u>

13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, foi contratada uma empresa especializada neste assunto, Vertu Assessoria e Avaliações Ltda., que apresentou um laudo técnico com custo aproximado de desmobilização no montante em R\$1.433. A Administração julga que o valor originalmente estimado é próximo ao valor necessário para desmobilização do parque eólico, sendo apenas atualizado anualmente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo atualizado pelo IPCA do período é de R\$1.807 (R\$1.632 em 31 de dezembro de 2020), sendo o efeito da atualização no montante de R\$175.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$24.175 e está representado por 2.095.940 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia, pertencentes em sua totalidade à Eólica Faísas S.A.

Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Após isto, os resultados do exercício social serão distribuídos entre os acionistas, na forma abaixo:

- I) 25% para o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/76.
- II) Pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio, previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, que poderá ser considerado como distribuição de dividendos, inclusive, o dividendo obrigatório.
- III) O saldo restante deverá ter sua destinação conforme estabelecido pela Assembleia Geral.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 conforme o quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$</u>		
Lucro do exercício	4.575	2.723
Quantidade de ações (milhares) média ponderada durante o exercício	2.096	2.096
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)	2,18	1,30

Apuração e pagamento de dividendos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	4.575	2.723
Constituição da reserva legal (5%)	(229)	(136)
Lucro líquido do exercício após constituição de reserva legal	<u>4.346</u>	<u>2.587</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.087	647
Dividendos por ação – em R\$	0,51	0,31

Movimentação dos dividendos

Saldo em 31/12/2019	3.786
Pagamento de dividendos	(936)
Constituição de dividendos – 2020	647
Saldo em 31/12/2020	<u>3.497</u>
Distribuição de dividendos adicionais (a)	2.989
Pagamento de dividendos – 2020	(6.486)
Constituição de dividendos – 2021	<u>1.087</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>1.087</u>

- (a) A Eólica Faísas III foi autorizada pelas instituições financeiras credoras, Banco do Nordeste – BNB e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de ofício informativo, esse enviado pelas próprias instituições financeiras, a distribuir dividendos acima do teto máximo originalmente estabelecido de 25% do lucro líquido.

Dessa forma, em 19 de fevereiro de 2021 foi aprovada através da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, essa registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, pelo protocolo 210493224 na data de 05 de abril de 2021, a distribuição de dividendos foi no total de R\$2.989, realizada por meio de transferência bancária.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão demonstrados na tabela abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de vendas	17.996	16.432
Presunção do imposto de renda	8%	8%
Presunção da contribuição social	12%	12%
Demais receitas de ganhos de capital	<u>643</u>	<u>731</u>
Imposto de renda presumido:		
Imposto de renda: 15%	312	307
Adicional 10%	184	181
Contribuição social: 9%	252	243
Imposto de renda e contribuição social	<u>749</u>	<u>731</u>

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional:		
Receita de fornecimento de energia	17.996	16.432
Deduções (PIS e COFINS)	(657)	(600)
Total	<u>17.339</u>	<u>15.832</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depreciação, amortização	(3.909)	(3.911)
Encargos de transmissão	(1.424)	(1.321)
Operação e Manutenção - O&M	(3.098)	(3.238)
Serviços prestados	(541)	(560)
Aluguéis	(31)	(15)
Encargos de conexão	(47)	(45)
Taxa ANEEL	(83)	(84)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesa com salários e encargos	(362)	(216)
Seguros	(421)	(765)
Combustíveis	(41)	(27)
Impostos e Taxas	(31)	(17)
Outros	<u>(148)</u>	<u>(128)</u>
Total	<u>(10.136)</u>	<u>(10.327)</u>
Custo operacional	(8.745)	(8.729)
Despesas administrativas	<u>(1.391)</u>	<u>(1.598)</u>
Total	<u>(10.136)</u>	<u>(10.327)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita sobre aplicação financeira	647	339
Outras receitas financeiras	<u>1</u>	<u>38</u>
Total de receitas financeiras	<u>648</u>	<u>377</u>
 <u>Despesas financeiras</u>		
Despesa de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(1.722)	(1.868)
Varição Monetária	(404)	(67)
Penalidade contratual	(62)	(241)
Outras despesas financeiras	<u>(339)</u>	<u>(252)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(2.527)</u>	<u>(2.428)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.879)</u>	<u>(2.051)</u>

19. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pela Companhia são:

<u>Tipo de seguro</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade civil	30.000	29 de maio de 2022
Risco operacional	163.577	15 de maio de 2022

Os valores segurados possuem os limites acima informados e abrangem as cinco usinas eólicas controladas da Eólica Faísas S.A. (Faísas I, Faísas II, Faísas III, Faísas IV e Faísas V).

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, aproximam aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	6.123	6.463
Contas a receber	3.651	5.196
Títulos e valores mobiliários	11.455	10.968
Partes Relacionadas	2.807	2.670
Outros Ativos	4.068	3.867
Total	<u>28.104</u>	<u>29.164</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Arrendamentos a pagar	2.600	2.732
Empréstimos e financiamentos	50.772	54.253
Dividendos a pagar	1.087	3.497
Contas de ressarcimento	3.032	2.741
Fornecedores	460	355
Outros Passivos	1.313	1.189
Partes relacionadas	752	534
Total	<u>60.016</u>	<u>65.301</u>

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

ii) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES e BNB, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 12.

vi) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

vii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2021:				
Arrendamentos a pagar	192	173	569	1.666
Empréstimos e financiamentos	3.764	3.895	13.035	30.078
Fornecedores	460	-	-	-
Contas de ressarcimento	3.032	-	-	-
Outros passivos	1.123	190	-	-
Partes Relacionadas	752	-	-	-
Dividendos	1.087	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020:				
Arrendamentos a pagar	158	166	544	1.864
Empréstimos e financiamentos	3.580	3.667	12.344	34.662
Fornecedores	355	-	-	-
Contas de ressarcimento	685	2.056	-	-
Outros passivos	964	225	-	-
Partes Relacionadas	534	-	-	-
Dividendos	3.497	-	-	-

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i) Índice de endividamento

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamentos detalhados na nota explicativa nº 12, empréstimos detalhados na nota explicativa nº 9, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 14).

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dívida	53.373	56.985
Caixa e equivalentes de caixa	(632)	(4)
Aplicações financeiras	(5.491)	(6.459)
Títulos e valores mobiliários	<u>(11.455)</u>	<u>(10.968)</u>
Dívida líquida	<u>35.795</u>	<u>39.554</u>
Patrimônio líquido	<u>31.257</u>	<u>30.757</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,15</u>	<u>1,29</u>

ii) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e nos títulos e valores mobiliários, vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do exercício findo, a Administração estimou cenários de variação na CDI e TJLP. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Simulação com expectativa do CDI e TJLP projetados, conforme abaixo:

	<u>Cenário Atual</u>	<u>Cenário Provável</u>
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	6.123	6.842
Taxa média (% do CDI)		100%
CDI Projetado		11,75%
Saldo de títulos e valores mobiliários	11.455	12.801
Taxa média (% do CDI)		100%
CDI Projetado		11,75%
Saldo de empréstimos e financiamentos (BNDES)	9.221	9.956
Juros sobre Financiamento (TJLP + 1,88%)		7,96%
TJLP Projetada		6,08 %

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos propostos e não distribuídos	<u>1.087</u>	<u>936</u>

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 20 de abril de 2022.